



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012. (Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Mendes Ribeiro, informações sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos para apurar os fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Wagner Rossi desse Ministério.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações abaixo elencadas, sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos para apurar os fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Wagner Rossi desse Ministério.

1. Que procedimentos administrativos foram abertos, indicando o respectivo número e o resultado do processo ou a fase em que se encontra, para apurar as denúncias veiculadas sobre irregularidades na Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, especialmente quanto à denúncia de que existiria um consórcio ilícito para controlar a estrutura do Ministério da Agricultura com o objetivo de arrecadar dinheiro e que incluiriam dois casos concretos: a protelação do repasse de 14,9 milhões de reais à empresa Caramuru Alimentos, com a finalidade de aumentar o montante a ser pago para 20 milhões de reais, dos quais 5 milhões seriam repassados “por fora” para autoridades do ministério; e, ainda, a venda de um terreno da Conab numa das regiões mais valorizadas de Brasília, pelo preço mínimo de 8 milhões de reais, sendo que o valor estimado pelo mercado era de quatro vezes mais.
2. Que providências administrativas foram efetivamente tomadas com relação aos envolvidos vinculados ao Ministério e com relação à devolução de valores eventualmente desviados ou indevidamente apropriados.
3. Que medidas foram adotadas para ampliar a transparência e aperfeiçoar os mecanismos de controle, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção.
4. Que providências foram efetivamente tomadas com relação ao Relatório encaminhado pela CGU ao Ministério, que indicou medidas em virtude das irregularidades encontradas?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Em reportagem feita pela Revista Veja, o irmão do Senador Romero Jucá, Senhor Oscar Jucá Neto, conhecido por Jucazinho, fez denúncias bastante graves quanto a um esquema de corrupção que estaria ocorrendo no Ministério da Agricultura, envolvendo primordialmente a Conab, Companhia Nacional de Abastecimento.

Na entrevista, Jucazinho contou à reportagem que existiria um consórcio entre o PMDB e o PTB para controlar a estrutura do Ministério da Agricultura com o objetivo de arrecadar dinheiro.

Foi feita menção, especificamente, a dois casos. O primeiro, a protelação do repasse de 14,9 milhões de reais à gigante do mercado agrícola, Caramuru Alimentos, sendo tal pagamento oriundo de ordem judicial. Tal atraso teria por finalidade aumentar o montante a ser pago para 20 milhões de reais, de tal maneira que os 5 milhões a mais seriam repassados “por fora” para autoridades do ministério.

Outro problema, revelado na mesma entrevista, seria a venda de um terreno da Conab numa das regiões mais valorizadas de Brasília, pelo preço mínimo de 8 milhões de reais, sendo que o valor estimado pelo mercado era de quatro vezes mais.

Tais denúncias levaram ao afastamento do então Ministro, Senhor Wagner Rossi.

Em novembro de 2011, a Controladoria Geral da União encaminhou ao Ministério da Agricultura dois relatórios sobre as irregularidades que culminaram com a queda do então ministro Wagner Rossi, em agosto. O texto apontava uma série de falhas em contratos da pasta e prejuízo aos cofres públicos.

Em notícias obtidas no site de Veja, vimos que, à época, o secretário-executivo do ministério, José Carlos Vaz, analisaria o material no prazo de dez dias antes de tomar qualquer das medidas sugeridas pela controladoria.

O relatório apresentado fazia menção a mais problemas. Em agosto, VEJA havia revelado que o lobista Júlio Fróes atuava dentro do Ministério da Agricultura, inclusive contando com gabinete próprio, na liberação de verbas para negócios suspeitos. Fróes ajudara, segundo a reportagem de VEJA, a contratar os serviços da Fundação São Paulo (Fundasp), mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), cujo representante beneficiado era ele próprio.

“Houve, efetivamente, a pré-definição da entidade contratada, com montagem processual e pesquisa de preço eivada de vícios — vez que uma proposta foi fraudada”, foi a citação da conclusão da CGU feita pelo site da Revista Veja. O



CÂMARA DOS DEPUTADOS

órgão informava, ainda, que houvera contratação direta, sem licitação, com preços superiores aos de mercado, além de pagamento de serviços desnecessários resultando num “prejuízo de 1,1 milhão de reais aos cofres públicos. A CGU recomendou ao Ministério da Agricultura a suspensão dos cursos de capacitação realizados pela Fundasp.”

VEJA também mostrou que Fróes pedira uma "gratificação" de 10% aos donos de uma gráfica — a Gráfica Brasil — “em troca da renovação de um contrato com o ministério. A CGU diz que o contrato com a gráfica apresenta falhas graves no processo licitatório, como, por exemplo, a ausência de estudo de demanda, pesquisa de preço irregular, deficiências no projeto básico e inconsistência no edital, entre outros.”

Finalmente, quanto à venda do terreno da Conab, o relatório da CGU concluiu que o negócio fora feito de forma “prematura e sem as devidas cautelas de preservação e valorização do ativo imobilizado da Companhia, causando-lhe prejuízo”. Em outras palavras, a Conab foi negligente ao vender um imóvel por valor muito abaixo ao de mercado, tendo sido recomendada “a suspensão dos processos em curso para alienação de imóveis até que novas diretrizes e avaliações sejam formuladas.”

Diante de todo o exposto, gostaríamos de salientar que não basta a perda de quaisquer cargos, mas faz-se necessária a apuração de todo o ocorrido, a persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes.

Não é aceitável que apenas se perca uma posição nos quadros governamentais em retribuição por desvio de verbas públicas. Portanto, a sociedade espera a apuração de todos os fatos e, em se constatando a ocorrência de ilícito, a consequente punição dos agentes envolvidos.

Nosso país não pode mais ficar apenas assistindo a denúncias sem fim sobre corrupção sem ser dada à população convincente explicação sobre o ocorrido, bem como sendo exemplarmente punidos os envolvidos. De tal maneira, aguardamos, pois, o atendimento aos nossos questionamentos.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012.

Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados